



NOTAS EXPLICATIVAS DO 4º TRIMESTRE DE 2018

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As DCON são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Deste modo, as Demonstrações Contábeis da UFV não apresentam registros em moeda estrangeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores disponíveis em caixa são oriundos da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Além disso, a UFV possui a conta Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira (dólar) referente a Bônus da UNESCO, convertidas em Reais.

2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos; e (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

2.4 Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Ressalta-se



a possibilidade de redução de valores do estoque por meio das contas de ajustes de perdas ou valor de mercado, caso o valor registrado seja superior ao de mercado.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, cujo reconhecimento inicial se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após este reconhecimento, tais bens estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (em caso de vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se os mesmos aumentam a vida útil do bem e permitir a geração de benefícios econômicos futuros. Caso os gastos não gerem tais benefícios serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.6 Intangível

Correspondem aos direitos, cujo objeto são bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor sofridas ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

2.7 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, que engloba os custos diretos e indiretos. Portanto, aplica-se o método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis, não são cadastrados no SPIUnet, e o das quotas constantes para os bens móveis.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis, não cadastrados no SPIUnet, e bens móveis deve iniciar a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em uso. Entretanto, se o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês.

2.8 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, com a aplicação do Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação iniciará no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos devidos encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

2.10 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

2.10.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial corresponde à confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável a geração de benefícios econômicos para UFV e puderem ser mensuradas confiavelmente pelo regime de competência.



Ressalta-se que para as receitas tributárias e transferências recebidas adota-se o regime de caixa, com base na orientação do modelo PCASP. Já as VPD são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, que implica na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos com base no regime de competência. As despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas seguem o regime de caixa de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.10.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário confronta as receitas orçamentárias realizadas com as despesas orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.10.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, ocorridos durante o exercício, que alteram as disponibilidades da UFV. No Balanço Financeiro, pode-se identificar a apuração do resultado financeiro. Em observância ao princípio de caixa único, verifica-se o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A manutenção das atividades institucionais se baseiam principalmente nos itens cíclicos do ativo, representados principalmente por transferências de órgãos superiores. A relevância nos acréscimos em relação ao exercício anterior (435,44%) se refere principalmente as transferências recebidas para pagamento de RP, bem aos demais passivos exigíveis a curto prazo.

3.2 – Demais créditos e Valores a CP

O decréscimo se deve a pagamento de passivos com pessoal oriundos do exercício 2017, referente a baixa de adiantamento de férias e salários de servidores.

3.3 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) apresentou um saldo em aberto de R\$ 9.139.657,62, relacionados com fornecedores, cujo total inclui as obrigações a curto prazo.

Possui grande relevância na composição das obrigações de curto prazo da instituição (12,90%), representado pelos compromissos na manutenção das atividades acadêmicas e administrativas.

Na tabela a seguir apresenta-se as obrigações segregadas entre fornecedores nacionais e estrangeiros, circulante e não circulante.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ AH (%)
Circulante	9.139.657,62	3.950.364,22	131%
Nacionais	9.139.657,62	3.950.364,22	131%
Estrangeiros	0,00	0,00	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA

Não Circulante	0,00	0,00
Nacionais	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00
Total	9.139.657,62	3.950.364,22 131%

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2019 e 2018).

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo acima mencionados se referem aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	R\$	
	31/12/2018	AV (%)
Unidade Gestora 154051	8.694.894,62	94,88
Unidade Gestora 154052	444.763,00	5,12
Total	9.139.657,62	100,00

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2018).

A unidade gestora 154051 é responsável por 94,88% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	
	31/12/2018	AV (%)
02414568000184 - FACEV - Fundacao Artistica, Cultural	3.723.316,46	40,74%
20320503001123 – Fundação Arthur Bernardes	2.030.537,39	22,22%
04552404000149 – ADCON – Administração e Conservação Eireli EPP	825.832,79	9,04%
01524963000157 – Trigoleve Industria e Comercio Ltda	691.632,49	7,57%
03583785000160 – Construtora Unica Ltda	347.222,35	3,80%
20320503000151 – Fundação Arthur Bernardes	173.925,11	1,90%
03695175000159 – MT Empreiteira	153.280,13	1,68%
09422027000147 – Iany Santos Locação de Mão-de-Obra Ltda	113.720,34	1,24%
00000000000191 – Banco do Brasil SA	106.200,71	1,16%
25335803000128 – Associação Beneficente Católica	100.000,00	1,09
Demais	873.989,85	9,56%
Total	9.139.657,62	100,00

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2018).

Em relação aos principais fornecedores informados acima, eles representam 90,44% do total a ser pago. A seguir é apresentado os principais fornecedores no quadro resumo e suas transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
02414568000184 – FACEV Fundação Artística, Cultural e de Educação	Contratação de instituição para apoio institucional, e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária...	3.723.316,46	31/12/2018
20.320.503/0011-23 -	Contratação de instituição para apoio	2.030.537,39	31/12/2018



Fundação Arthur Bernardes	institucional e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária. Instituir e articular a Rede Mais gestão de universidades para desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão de cooperativas.		
04552404000149 – ADCON – Administração e Conservação Eireli EPP	Serviço de Terceirização campi Viçosa/CEDAF/Rio Paranaíba ref. DIVERSOS	825.832,79	31/12/2018
01524963000157 – Trigoleve Industria e Comercio Ltda	Fornecimento de almoço, jantar aos estudantes da Universidade Federal de Viçosa – campi Viçosa/MG	691.632,49	31/12/2018
03583785000160 – Construtora Unica Ltda	Execução da construção da obra do edifício do DTA-campus viçosa	347.222,35	31/12/2018
20320503000151 – Fundação Arthur Bernardes	Fornecimento Gêneros alimentícios campi Viçosa	173.925,11	31/12/2018
03695175000159 – MT Empreiteira Ltda	Execução de serviços e obras no campi UFV – Viçosa	153.280,13	31/12/2018
09422027000147 – Iany Santos Locação de Mão-de-Obra Ltda	Prestação de serviços terceirizados no campi UFV - Florestal	113.720,34	31/12/2018
00000000000191 – Banco do Brasil SA	Diversos Serviços de terceirizados ref. aplicação de provas e outros no campi UFV – Viçosa.	106.200,71	31/12/2018
25335803000128 – Associação Beneficente Católica	Custeio das atividades dos alunos para realização de práticas de ensino, pesquisa e extensão dos cursos da área de saúde.	100.000,00	31/12/2018

Fontes: SIASG/SIAFI (2018); Órgão 26282 (2018); Unidades Gestoras 154051/154052 (2018).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se destina à FACEV Fundação Artística, Cultural e de Educações, CNPJ 02414568000184, cujas obrigações originaram-se da liquidação de despesas decorrentes de transferência para execução de projetos de apoio institucional e o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

3.4 - Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção. Após este reconhecimento, os bens sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado caso aumentem a vida útil do bem e gerem benefícios econômicos futuros. No entanto, caso os gastos não gerem benefícios devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a Fundação Universidade Federal de Viçosa apresentou um saldo de R\$ 1.103.606.717,12 relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir apresenta-se a composição do Subgrupo Imobilizado em 31/12/2018 e 31/12/2017.



Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	144.918.254,89	138.963.397,96	4,29
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(40.385.766,73)	(34.009.819,18)	-18,74
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.108.045.869,89	1.069.504.665,83	3,60
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(4.439.157,77)	(3.657.352,48)	-21,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	1.184.053.576,34	1.170.800.892,13	1,13

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).<https://www.ufv.br/campus-vicosa/>

3.4.1 Bens Móveis

Possui grande relevância em relação ao patrimônio total da instituição (11,26%), devido a expansão de imóveis nos últimos exercícios, acarretando na necessidade de novos equipamentos, bem como seu caráter de utilização constante.

Os Bens Móveis do Órgão 26282 em 31/12/2018 totalizaram R\$ 144.918.254,89 e foram distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	69.577.757,23	66.770.174,36	4,21
Bens de Informática	24.469.025,54	22.846.570,53	7,10
Móveis e Utensílios	19.877.603,14	18.432.276,74	7,84
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.874.888,59	11.556.901,58	2,75
Veículos	11.691.305,75	11.631.884,75	0,51
Bens Móveis em Andamento	7.093.963,77	7.400.069,08	-4,13
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	4.859,70	0,00
Demais Bens Móveis	328.851,17	320.661,22	2,55
Depreciação / Amortização Acumulada	(40.385.766,73)	(34.009.819,18)	-18,74
Total	104.532.488,16	104.953.578,78	-0,40

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

Do total de Bens Móveis registrados no Órgão, em 31/12/2018, 48,01% refere-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto da seguinte forma:

Tabela 03 – Bens Móveis – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Conta	Tipo	Valor	Conta	Tipo	Valor
-------	------	-------	-------	------	-------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA

1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	6.446.466,15	1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.320.659,54
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.880.807,35	1.2.3.1.1.01.10	Equipamento de Montaria	63.650,00
1.2.3.1.1.01.03	Equip/Utensílios Médicos, Odonto, lab. e Hospitalar	37.516.894,97	1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos Peças e Acessórios para automóveis	68.846,70
1.2.3.1.1.01.04	Aparelho e Equipamento esportes e diversões	744.188,83	1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	36.458,46
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.528.920,64	1.2.3.1.1.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuários/Rodoviários	4.715.222,01
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	2.618.857,38	1.2.3.1.1.01.21	Equipamento Hidráulico e Elétricos	2.729.218,81
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.187.058,22	1.2.3.1.1.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos diversos	6.964.744,77
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.749.625,79	1.2.3.1.1.01.99	Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	6.137,61
TOTAL			69.577.757,23		

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

3.4.2 Bens Imóveis

Esta conta representa a maior parte do patrimônio da instituição. Sua participação (86,06%) se deve aos altos graus de investimentos aplicados em imobilizado, considerando ainda a necessidade da capacidade instalada para abrigar atividades acadêmicas. Verifica-se que no último exercício houve um leve crescimento deste item (3,60%).

Em 31/12/2018, os Bens Imóveis da União totalizaram R\$ 1.108.045.869,89, distribuídos nas seguintes contas contábeis como demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição.

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	925.560.738,74	900.056.950,66	2,83
Bens Imóveis em Andamento	182.485.131,15	169.447.715,17	7,69
Depreciação / Amortização Acumulada	(4.439.152,77)	(3.657.352,48)	-21,38
Total	1.103.606.717,12	1.065.847.313,35	3,54

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).



De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 16,73% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Fundação Universidade Federal de Viçosa, perfazendo o montante de R\$ 182.485.131,15 em 31/12/2018 a valores brutos. Estes bens referem-se principalmente a obras de infraestrutura e investimentos executados nos campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. A maior participação (83,27%) nos itens dos Bens Imóveis se refere aos de Uso Especial, cuja composição no patrimônio imobiliário constitui-se da seguinte forma:

Tabela 4 - Bens de Uso Especial – Composição

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	155.862.054,58	0,00
Imóveis de Uso Educacional	766.223.698,16	740.719.910,08	3,44
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.474.986,00	0,00
Total	925.560.738,74	900.056.950,66	3,44

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

O item de maior representatividade neste grupo foi os Imóveis de Uso Educacional (82,30%), que engloba os prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa. Enquanto os desembolsos efetuados no período foram registrados em “Bens Imóveis em Andamento”.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

Decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No presente trimestre não houve registro de depreciação de exercícios anteriores ou demais fatos relevantes que interferiram no patrimônio da instituição.

3.5 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.5.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; em caso de alteração na área construída, independentemente do valor investido; comprovação de ocorrência de quaisquer sinistros, como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independente da classificação, conforme os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais.



No encerramento do 4º trimestre de 2018 houve a valorização referente a reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet, o qual apresentou redução significativa (-43,84%).

No atual exercício não houve reavaliação de ativos ao valor recuperável e/ou ajustes para perdas, o que ocasionou em redução significativa no percentual do dispêndio econômico (-100%) em relação ao exercício anterior.

3.5.2 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis iniciará a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de sua colocação em uso. Entretanto, caso o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês.

Representa os registros dos dispêndios não financeiros ocorridos no final do exercício financeiro, acarretando em sazonalidades nos dados contábeis apresentados.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e sua respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável serão implantados até 31/12/2018, cujos registros contábeis ocorrerão a partir de 01/01/2019.

A Fundação Universidade Federal de Viçosa possui um sistema próprio para o cálculo da Depreciação e Reavaliação (S.I.M.). As informações geradas por este sistema são repassadas à contabilidade para a realização da conciliação por meio de relatórios patrimoniais extraídos e atestados por autoridade responsável.

Para o cálculo da depreciação, segregou-se as principais contas por critério de relevância consoante à sugestão de implantação dos procedimentos pela STN e manual SIAFI 02.03.30.

3.5.2.1 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro, controle e atualização do valor patrimonial dos imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação. Esta é registrada no SIAFI com base em arquivo encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição. Para tanto, utiliza-se o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação se inicia no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, ou seja, é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição



x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Bens	Conta Contábil	Depreciação / Amortização / Exaustão	Reavaliação / Redução ao Valor recuperável	Data Mensuração	R\$
Bens de Uso Educativo	123210107	4.384.468,03	0,00	31/12/2018	
Fazendas	123210109	44.158,74	0,00	31/12/2018	
Museus	123210114	9.431,53	0,00	31/12/2018	
Salas	123210124	1.094,47	0,00	31/12/2018	

Fonte: SIAFI (2018).

3.6 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) possuía um saldo de R\$ 137.763.707,61 de obrigações contratuais referentes as parcelas de contratos a serem executadas nos próximos exercícios.

Na tabela a seguir segregou-se as obrigações conforme a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$
Alugueis	371.146,99	329.958,12	12,48	
Fornecimento de Bens	7.145.649,78	12.490.481,65	-42,79	
Seguros	96.035,71	96.035,71	0,00	
Serviços	130.150.875,13	100.709.068,8	29,23	
Total	137.763.707,61	113.625.544,28	21,24	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2018 e 2017).

As obrigações contratuais de serviços (339039) representam a maioria (94,08%) do total das obrigações assumidas pelo órgão 26282 ao final de 31/12/2018.

Em seguida, na tabela abaixo apresentou-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos em 31/12/2018.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	31/12/2018	AV (%)	R\$
154051	131.056.529,79	95,13	
154052	6.634.332,89	4,81	
154053	72.844,93	0,05	
Total	137.763.707,61	100,00	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2018 e 2017).

As unidades gestoras acima informadas são responsáveis por 100,00% do total contratado.



Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar na data base de 31/12/2018.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$	
	31/12/2018	AV (%)
FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação	21.572.300,40	15,66
ADCON – Administração e Conservação Eireli Ltda	21.370.530,31	15,51
Fundação Arthur Bernardes	10.873.893,17	7,89
Visual Construtora Del Rei Ltda	10.748.322,01	7,80
ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	10.704.574,38	7,77
CEMIG Distribuição S.A.	10.665.662,94	7,74
Artebrilho Multserviços Ltda	5.778.066,09	4,19
Telemar Norte Leste S/A	4.953.291,40	3,60
PLUMA TERCEIRIZACAO EIRELI	2.305.905,60	1,67
Iany Santos Locacao De Mao-De-Obra Ltda - Epp	2.107.177,07	1,53
Jm & T Turismo Ltda - Me	1.872.039,25	1,36
Global Engenharia E Meio Ambiente Ltda – Epp	1.854.944,85	1,35
Universitaria Locadora De Veiculos Ltda - Epp	1.605.919,91	1,17
Demais	31.351.080,23	22,76
Total	137.763.707,61	100,00

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial (2018 e 2017).

No quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Contratados– Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Validade
FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação	Serviços de apoio a serviços e projetos institucionais.	21.572.300,40	2019
ADCON – Administração e Conservação Eireli Ltda	Diversos Serviço de Terceirização de Mão de Obra - campi Viçosa, Rio Paranaíba e Florestal.	21.370.530,31	2019
Fundação Arthur Bernardes	Serviço de apoio institucional em educação	10.873.893,17	2019
Visual Construtora Del Rei Ltda	Construção civil – obra fitotecnia – campi Viçosa	10.748.322,01	2019
Alcance Engenharia e Construção Ltda	Serviços e obras de engenharia	10.704.574,38	
Cemig Distribuição S.A.	Serviço de fornecimento energia elétrica campi Viçosa	10.665.662,94	2019
Artebrilho Multserviços Ltda	Serviço de terceirização de mão de obra campi Viçosa/MG	5.778.066,09	2019
Telemar Norte Leste S/A – Em recuperação judicial	Serviços de telecomunicações campis Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba	4.953.291,40	2019
Pluma Terceirizacao Eireli	Diversos Serviço de Terceirização de Mão de Obra – campis UFV.	2.305.905,60	
Iany Santos Locação de Mão de Obra - EPP	Serviço de Terceirização de mão de obra campi Florestal.	2.107.177,07	2019



JM & T Turismo Ltda - ME	Serviços de aluguel veículos com motorista	1.872.039,25	2019
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda – EPP	Obras diversas campi Florestal	1.854.944,85	2019
Universitária Locadora de Veículos Ltda - EPP	Locação de veículos com motorista para campi Viçosa	1.605.919,91	2019

Fontes: SIASG Gerencial e SIAFI (2019); Órgão 26282 (2019); Unidade Gestora 154051/154052/154053 (2019).

3.7 – Intangível

No exercício de 2018 foi registrado ativos intangíveis decorrente a aquisição de softwares prontos.

3.8 – Demais obrigações a CP

Trata-se principalmente de consignações (valores restituíveis) efetuadas dos salários e remunerações de servidores, referente ao exercício de 2017, pagas no exercício seguinte, ocasionando em aumento significativo destas obrigações a curto prazo. O aumento verificado (23367%) não reflete necessariamente em registros atípicos as atividades da instituição.

3.9 – Pessoal a Pagar - CP

Principal item da dívida fluante da instituição (72,97%), decorrente do pagamento de despesas com pessoal e encargos em exercício posterior, o que ocasionou em um relevante aumento neste item em relação ao exercício 2017 (678%). Desta forma não apresenta, necessariamente, em aumento das despesas com pessoal e encargos.

3.10 – Pessoal a Pagar - LP

Registro de valores de precatórios 2019 – emitidos (autuados) e não incluídos na LOA – Tribunal Regional Federal da 1ª região. SEI 0014790-50.2018.4.01.8000

4 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO - BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e transferidos para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2018. Verifica-se que houve um crescimento das despesas orçamentárias (3,18%). Por outro lado, houve uma redução das receitas orçamentárias (-0,25%) em relação ao exercício de 2017.

Da mesma forma, em uma análise comparativa entre as receitas e despesas orçamentárias, deverá ser considerado, conforme verificado no balanço orçamentário, que as receitas orçamentárias da instituição são consideradas apenas aquelas diretamente arrecadadas. A maior parte das receitas são oriundas de transferências da conta única do Tesouro Nacional.

As transferências financeiras concedidas apresentaram um aumento de 14,47%, enquanto as transferências financeiras recebidas evoluíram apenas 2,93%.

Tabela 1 – Total dos Ingressos

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AH(%)
Receitas Orçamentárias	8.620.696,59	8.642.926,09	-11,76



Transferências Financeiras Recebidas	936.718.385,98	910.046.675,96	3,93
Recebimentos Extraorçamentários	93.979.437,62	33.685.922,19	4,34
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76	38,07
TOTAL	1.053.057.961,84	962.326.947,00	4,45

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

Tabela 2 – Total dos Dispêndios

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AH(%)
Despesas Orçamentárias	940.499.398,77	911.631.936,12	4,00
Transferências Financeiras Concedidas	10.914.889,14	9.534.452,25	52,49
Despesas Extraorçamentárias	28.077.216,47	27.421.116,98	19,82
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	73.566.457,46	13.739.441,65	-1,15
TOTAL	880.507.959,75	842.987.242,20	4,45

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

O Resultado financeiro no quarto trimestre de 2018 foi superavitário em R\$ 59 milhões, com um aumento percentual em comparação ao exercício anterior (2017) de 1.479%.

Os resultados foram obtidos através de duas metodologias, apresentadas a seguir.

Tabela 3 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

(+) INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	8.620.696,59	8.642.926,09
Transferências Financeiras Recebidas	936.718.385,98	910.046.675,96
Recebimentos Extraorçamentários	93.979.437,62	33.685.922,19
(-) DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	940.499.398,77	911.631.936,12
Transferências Financeiras Concedidas	10.914.889,14	9.534.452,25
Despesas Extraorçamentárias	28.077.216,47	27.421.116,98
(=) Resultado Financeiro	59.827.015,81	3.788.018,89

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

Tabela 4 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	73.566.457,46	13.739.441,65
INGRESSOS		
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76



(+) Resultado Financeiro	59.827.015,81	3.788.018,89
---------------------------------	---------------	--------------

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Despesas Orçamentárias no total de R\$ 940 milhões, que englobam as despesas ordinárias e vinculadas fixadas no orçamento público, cuja realização depende de autorização legislativa.

Os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício são demonstrados na coluna das "Despesas Empenhadas" à medida de sua execução (empenhados) e pagamento. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita englobam os valores das receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

4.1 Restos a Pagar

As Transferências Financeiras – Independentes da Execução Orçamentária – destinam-se, em grande parte, ao pagamento de Restos a Pagar. Esse item não se referem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento de exercícios anteriores.

Verifica-se que foram recebidos recursos financeiros, pelo MEC e outros, para Pagamento de RP, no montante de R\$ 24 milhões. Corroborando esse dado com as informações do BO, na coluna de "Restos a Pagar Pagos" (Anexo 1 e 2 do BO), foram pagos até o fechamento do 4º trimestre de 2018, R\$ 25,2 milhões, da seguinte forma:

- a) Pagamento RPNP (Anexo 1): R\$ 23 milhões;
- b) Pagamento de RPP (Anexo 2): R\$ 1,6 milhões.

Restos a Pagar a Pagar Não Processados

Englobam as despesas de investimentos decorrentes de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e consequente provisão orçamentaria para a conclusão. Por isso, no orçamento da instituição preveem tais créditos. Os saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

Restos a Pagar Processados

Corresponde aos dispêndios gerados de obrigações oriundas das liquidações de despesas, principalmente, de custeio. Diante da política de repasse de transferências intragovernamentais, vinculadas as despesas efetivamente liquidadas, o seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.

5 – NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio resultantes ou não da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, apresentar-se-á as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros contabilizados no Balanço Patrimonial e detalhados nas notas explicativas.

5.1 – Transferências Intragovernamentais

Dado as características dos créditos orçamentários da instituição, o item tem a maior representatividade no grupo de receitas recebidas (96,30%), sendo a principal fonte de recursos. Conforme se verifica, não houve aumento significativo nas transferências recebidas em relação ao exercício anterior.(2,93%)

5.2 – Reavaliação de Ativos



Refere-se ao registro de atualização/reavaliação dos imóveis da instituição, com base na infraestrutura instalada necessária para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas, gerados a partir do sistema SPIUnet.

Conforme informado no item 3.5.1, no presente exercício houve redução significativa (-43,84%).

5.3 – Contribuições Sociais

Não houve registro até o 4º trimestre de 2018.

5.4 – Venda de produtos

Receitas auferidas de terceiros ref. serviços/venda produtos decorrente de atividades da gráfica/editora UFV.

Receita não possui relevância em relação a totalidade das receitas da instituição, sendo portanto altamente sazonal, motivo pelo qual apresentou variação negativa em relação ao exercício anterior (-69,17%)

5.5 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Despesas econômicas representativas de perda de valor de bens móveis, registradas como redutora do valor contábil destes bens. Vide item 3.5.2.

5.6 – Remuneração a Pessoal

Representa a principal despesas institucional, decorrente de provisão de despesas com pessoal ativo e inativo. Da mesma forma que as transferências intragovernamentais, a despesa com pessoal, apesar de não variação percentual relevante (11,09%), identifica-se como o maior dispêndio de recursos apresentado (41%).

5.7 – Aposentadoria e Reformas

Representa o dispêndio institucional com benefícios e aposentadoria do pessoal inativo.

5.8 – Encargos Patronais

Despesas decorrentes dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas.

6 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

Representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas no quarto trimestre de 2018, diretamente arrecadadas pelo órgão UFV - 26282. Ressalta-se que não foram consideradas as receitas de transferências intragovernamentais, conforme consta no demonstrativo de variações patrimoniais aumentativas.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

6.1 - Receitas

Realizadas no exercício acima da previsão atualizada, ocasionando em superávit na arrecadação. Decorrem principalmente de receitas de serviços, o qual representaram 82,37% do total das receitas realizadas, excluindo as de transferência. Advém da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, bem como resultantes de estudos e pesquisas diversas. Outras receitas são auferidas pela exploração dos ativos disponíveis na instituição (16,46%), através de aluguéis de imóveis a outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realização de atividades operacionais necessárias.

Até o quarto trimestre de 2018, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 8,6 milhões e as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 940 milhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 931 milhões. Essa disparidade pode ser justificada pelos valores constantes na Previsão Atualizada e nas Receitas



Realizadas, que corresponde às receitas próprias arrecadadas pelo órgão e não computa os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada), bem como os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO face à metodologia de elaboração do BO por “ente” ao invés de “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, que perfazem o total de R\$ 936 milhões. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de aproximadamente R\$ 936 milhões, foram suficientes para atender às despesas pagas de R\$ 849 milhões. Pela análise, as despesas empenhadas (R\$ 940 milhões) superaram o total da Dotação Atualizada (R\$ 919 milhões). O montante superior da execução orçamentária decorre, principalmente, de despesas com pessoal e encargos, por meio de créditos adicionais, não computado nas despesas de caráter discricionário.

6.1.1 – Receitas Correntes

Foram arrecadadas até o quarto trimestre de 2018 o percentual de 103,18% da previsão inicial. Sendo que a maior representatividade das receitas arrecadadas são as Receitas de Serviços Administrativos que correspondem a 82,93% do montante de R\$ 8,5 milhões das Receitas Correntes.

6.1.2 – Receitas de Capital

A principal fonte de receita de capital prevista decorre da alienação de bens móveis, atividades estas vinculadas a leilões principalmente de veículos e semoventes. No período em análise (2018), representou a única receita de capital realizada prevista no orçamento.

6.2 – Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, a fim de atender a necessidade da coletividade prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica das Despesas Correntes; e os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria de Despesas de Capital.

6.2.1 – Despesas Correntes

O orçamento foi realizado acima do previsto inicialmente conforme demonstrativos apurados (102,27%). A maior representatividade são as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Do total das despesas liquidadas e pagas, o grupo de Pessoal e Encargos representam 80,96%. As despesas liquidadas com Outras Despesas Correntes correspondeu a 14,30%, enquanto as despesas pagas englobam 83,04% com Pessoal e Encargos e 14,72% com Outras Despesas Correntes.

6.2.2 – Despesas de Capital

Voltado principalmente as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão. O principal item deste grupo se refere a Investimentos (obras em execução).

O principal item deste grupo se refere a Investimentos (obras em execução) representando 3,43 % das despesas executadas no exercício de referência.

6.3 – Restos a Pagar

Conforme o disposto no artigo 67 do Decreto no 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto os Restos a Pagar Processados equivalem às despesas empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.



6.3.1 - Restos a Pagar Não Processados

Este item compõe-se em grande parte por despesas de investimentos oriundas de obras e serviços de engenharia, cujas peculiaridades exigem fiscalização e conseqüente provisão orçamentária para a conclusão. Estes créditos estão previstos no orçamento da instituição. Os saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

6.3.2 – Restos a Pagar Processados

Refere-se aos dispêndios advindos de obrigações decorrentes de liquidações de despesas, principalmente, de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação. No encerramento do exercício, verifica-se que as despesas com investimento tiveram a maior participação com 18,91% das despesas de capital.

7 – NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Adotando o princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstram o resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2018, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 59 milhões devido ao acréscimo em relação ao mesmo período de 2017, conforme tabela abaixo.

Resultado Financeiro	AH (%)		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	73.566.457,46	13.739.441,65	435,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	13.739.441,65	9.951.422,76	38,06
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	59.827.015,81	3.788.018,89	1479,00

Fonte: SIAFI (2018 e 2017).

7.1 – Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as responsáveis pela maior movimentação na geração líquida de caixa. A receita com maior representatividade foi a Receita de Outros Ingressos, representados pelas Transferências Recebidas do MEC e outros órgãos no valor de R\$ 936 milhões, conforme exposto nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Os desembolsos totalizaram R\$ 856 milhões. Tendo em vista que os ingressos provenientes de receitas, no total de R\$ 8,5 milhões, são insuficientes para custear os desembolsos, os ingressos dos repasses de transferências equalizaram a situação. Tal fato foi mencionado nas notas explicativas dos Balanços Financeiro e Orçamentário.

7.2 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas e transferências de capital recebidas. As despesas de capital são realizadas para formar e/ou adquirir ativos reais abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, as amortizações de dívida e concessões de empréstimos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA

7.3 - Atividades de Financiamento

Não foi registrado até o término do quarto trimestre do exercício 2018 atividades de financiamento, que provém de operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital, não contratadas pela instituição.